

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente, Senhora e Senhores membro do Governo Regional

Há quase um ano atrás, aprovamos nesta Assembleia o Programa do IX Governo da Região Autónoma dos Açores, documento que constituirá, até 2008, a referência em termos da expressão política das prioridades do actual Executivo Regional.

As competências da Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos corporizam investimentos, segundo o enquadramento do Programa de Governo, essencialmente nos seguintes dois objectivos estratégicos.

Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades, onde se inserem as políticas públicas de Habitação, no Programa 18 do Plano de Investimentos, de Protecção Civil, no Programa 19 e Calamidades, no Programa 20 do mesmo Plano.

O segundo objectivo abrangido, *Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes*, orienta as políticas de Equipamentos Públicos e construção e reabilitação de Estradas Regionais, respectivamente os Programas 22 e 23 do Plano de Investimentos da Região.

As políticas de promoção de habitação, constituem, desde 1996, um distintivo identitário do projecto político do PS para os Açores.

O programa de investimentos em Habitação para o próximo ano, é reforçado com um suplemento de 26.6 ME atingindo, considerando o Sismo, um volume total superior aos 43.8 ME, num incremento de 154%, garantindo assim um enorme reforço dos instrumentos públicos de promoção de habitação.

O ajustamento da política de habitação aos novos desafios e necessidades, assenta na introdução de novas modalidades e formas de apoio à construção e aquisição de habitação.

A crescente procura de habitação, tem superado os diversos empreendimentos de custos controlados que o GR tem promovido, exigindo por isso um ainda maior esforço da oferta habitacional garantindo, simultaneamente, a renovação e o reforço estrutural do parque habitacional da Região, aspectos relevantes que estão assegurados pelos Documentos agora em discussão.

O combate à especulação imobiliária, cada vez mais uma necessidade, também é assegurado neste Plano de Investimentos, uma vez que ele confere ao Governo a afirmação do seu importante papel de regulação de preços. O Governo Regional faz, e bem, a sua parte, ao contrário de diversas autarquias que incompreensivelmente deixam o sector imobiliário minado, entregue às forças de mercado, o que tem provocado fenómenos irracionais de concentracionismo, especulação e degradação da qualidade de vida.

Ao contrário do que se verifica em algumas autarquias dos Açores, a política de habitação do Governo Regional tem permitido afirmar o ordenamento do território, orientando-o, também, para a inclusão e coesão sociais, aspectos muitas vezes negligenciados por outros actores públicos o que infelizmente tem provocado situações muito graves do ponto de vista social.

O investimento na promoção de habitação através de contratos programa com a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-Estruturas (SPRHI), S.A. tem permitido um reforço muito importante da oferta habitacional promovida pelo Governo, superando largamente os 300 fogos por ano.

O GPPS salienta ainda as prioridades dadas à recuperação de habitação degradada e à promoção de habitação para realojamentos. São medidas de grande alcance social e por isso muito importante para nós. Esses apoios, que abrangem as famílias de menores rendimentos, são basilares para densificar a rede com que se desenvolve os programas de luta contra a pobreza na Região.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

A política dos governos do PS/Açores em termos de Protecção Civil continua a representar uma viragem muito importante na forma de encarar a prevenção de riscos colectivos e de atenuar os seus efeitos na nossa

Região, que como todos sabem tem associado à sua singular beleza um conjunto significativo de potenciais riscos naturais.

Nos Açores, são notáveis os desenvolvimentos e os progressos no campo da protecção civil. A construção da rede de telecomunicações de emergência, o apoio à elaboração dos Planos Municipais de Emergência, a construção e reabilitação de várias infra-estruturas de vulto, o equipamento e formação de pessoal e a revisão orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, são disso claros exemplos.

O GPPS manifesta a sua grande satisfação pelos investimentos programados nesse domínio para o próximo ano. Continuaremos, assim, a melhorar a segurança civil dos Açores. A dotação do Programa 19 do Plano de Investimentos da Região, assinala o fecho financeiro de avultados investimentos infraestruturais, direccionando agora as prioridades nesse programa para a aquisição de equipamentos e viaturas, com um crescimento de 158%, e formação de pessoal com um aumento de 112%.

Todo o esforço desenvolvido pelos governos do PS em matéria de Protecção Civil, traduz a credibilidade de um projecto enquadrado por um planeamento estratégico, pela qualificação de recursos humanos, pela sensibilização das populações e também pela investigação, designadamente a cooperação técnico-científica desenvolvida em parceria com departamentos da Universidade dos Açores.

Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

Desde 1997 que o sector das obras públicas e da construção civil tem vivido um crescimento sem paralelo na história dos Açores, fruto de um consistente investimento público e privado.

Hoje a situação do sector é muito diferente da do passado.

Actualmente, em contraste com o clima de incumprimento financeiro e falências da primeira metade dos anos 90 - nos tempos do Secretário Américo Viveiros e do PM Cavaco Silva -, a indústria da construção civil é um sector chave da economia açoriana, vive com pagamentos atempados, gera mais de 350 milhões de euros por ano, contribuindo para os baixos indicadores de desemprego na Região - com quase 15 mil postos de trabalho, cerca de 11% do total do mercado de emprego, representando 10% do valor acrescentado bruto da economia regional.

Para se atingir os patamares de desenvolvimento económico e social que ambicionamos para a Região é imprescindível melhoramos e reforçamos as nossas acessibilidades e a nossa coesão territorial.

Esses são desígnios que o Plano de Investimentos da Região para 2006 também promove. O Programa de Construção e Reabilitação de Estradas Regionais é reforçado em cerca de 24% face ao corrente ano, atingindo a cifra de 52.88 ME.

Continuamos, assim, a conferir uma clara prioridade à eficácia e operacionalidade do Sistema Rodoviário Regional, melhorando as acessibilidades e promovendo o desenvolvimento através da reabilitação e da conservação de vias existentes, e também através da construção de novos troços de estradas dando assim resposta quer às necessidades de ligação a novos pólos de desenvolvimento socio-económico, quer ao crescimento acentuado do parque e da circulação automóvel.

Esses investimentos, permitirão manter o enorme esforço financeiro de construção de equipamentos colectivos, de infra estruturação e qualificação do território, e de melhoria global da rede viária regional, aspectos estruturais de sustentação do nosso desenvolvimento socio-económico.

A propósito, convém também salientar o papel importante que o SIRIARTE continuará a desempenhar na renovação da frota de transportes colectivos, possibilitando o avanço na melhoria qualitativa desses serviços, nomeadamente através de novas rotas e de novos horários, conforme tínhamos garantido nos nossos compromissos eleitorais.

O GPPS constata com agrado que a melhoria das condições de segurança nas estradas continuará a merecer uma especial atenção do Governo. Trata-se de uma matéria importante pois contribuirá para a intensificação da prevenção rodoviária, para o aumento da segurança do Sistema Rodoviário Regional, e para a redução dos índices de sinistralidade que, apesar de não serem alarmantes, constituem hoje preocupações dos nossos concidadãos.

Também no sentido de preocupações qualitativas, gostaríamos ainda de referenciar uma questão que tem permanecido como temática de actualidade, refiro-me à execução do recente Protocolo que dá cumprimento ao acesso dos Açorianos aos canais generalistas nacionais de Televisão. É preciso afirmar claramente e sem tibiezas, que a empresa privada parceira na execução desse Protocolo está a proceder a uma interpretação restritiva desse mesmo acordo, pelo que o GPPS saúda a diligência determinada que o Secretário José Contente já efectuou junto da ANACOM, entidade reguladora do sector.

Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

É inegável o sucesso governativo nas áreas que aqui procurei abordar.

Apesar disso, os açorianos podem contar com o GPPS para continuarmos juntos, uns com os outros, a reforçar o cumprimento dos compromissos eleitorais e o nível de exigência com que o Governo desenvolve as nossas políticas para o sector.

As políticas de Obras Públicas, Habitação, Transportes e Comunicações são fundamentais para reduzir assimetrias territoriais, sociais e económicas das diferentes Ilhas e para o reforço da promoção do desenvolvimento integrado, equilibrado e multipolar da Região.

Nós acreditamos profundamente nisso, e os deputados do PS, pelo menos enquanto mantivermos uma maioria absoluta nesta Assembleia, serão sempre o elo forte da corrente de contratualização social resultante de eleições regionais.

Os Açorianos podem, assim, continuar a confiar no PS, pois nós continuaremos a garantir as condições de estabilidade, de credibilidade, de governabilidade, de seriedade e de confiança que garantem o estímulo da iniciativa privada, pressuposto essencial para o fortalecimento do ambiente de investimento, crescimento, protecção social e emprego que hoje se respira nos Açores e que queremos a todo o custo preservar.

Disse!
Horta, 23 de Novembro de 2005
O Deputado
José Carlos San-Bento